

Sem mobilização e representação massiva a LDO não será aprovada, isto repercutirá nos próximos aumentos salariais futuros.

É ISTO QUE DESEJAMOS?

No dia 19/09 o deputado Rodrigo Garcia, presidente da Assembléia Legislativa convocou sessão extraordinária introduzindo, na pauta, a LDO.

Trata-se de jogo de cena político em que o desejo é, na verdade, não aprovar a LDO, no máximo discuti-la. Entretanto, nem isto ocorreu. Por volta das 19 horas teve início sessão extraordinária e, logo após leitura da ata da sessão ordinária anterior, o deputado Roque Barbieri (PSDB) solicitou verificação de quorum. Havia apenas doze deputados presentes, quando o quorum exigido seria de, no mínimo, 48 parlamentares. Foi suspensa a sessão.

Está claro que não existe real interesse na aprovação da LDO antes das eleições. O

Legislativo do Estado de São Paulo continua submetido aos interesses do Executivo.

O que nos resta fazer?

Sem mobilização expressiva dos docentes ficaremos a reboque dos desejos partidários.

A vinculação de verba para a Educação, está mais do que evidente, não faz parte da prioridade política dos atuais governos.

A nossa única arma é denunciar aqueles que, através de seus atos, são contra o aumento de verbas para a educação. Nosso voto deve ser para aqueles que não somente discursam a favor da educação, mas que realmente lutam e se comprometem com essas questões.

Vamos dar o nosso voto para os que dizem SIM à EDUCAÇÃO.

ISONOMIA

A Comissão de Isonomia reuniu-se no dia 28 de setembro de 2006, na reitoria da USP, às 14 horas. Nesta reunião seriam apresentados documentos e informações sobre as formas com que as três universidades tratam de suas atividades relacionadas às carreiras docentes e de funcionários. Posteriormente forneceremos informações sobre o andamento da reunião.

Os representantes da ADUNICAMP na Comissão de Isonomia são os docentes Maria Cristina Bahia Wutke e Mauro Antonio Pires Dias da Silva.

ASSEMBLÉIA GERAL DE DOCENTES

Dia 4 de outubro (4ª feira), às 12h00, no auditório da Adunicamp

Pauta:

✓ **Modificação dos Estatutos da Adunicamp**

Modificação Estatutária da Adunicamp

Há várias gestões tem-se discutido a necessidade de modificação estatutária da Adunicamp.

Recentemente, ficou clara a urgência, relativa à questão política e do código civil.

Com as alterações do Código Civil em 2002, a forma de funcionamento de empresas, sociedades, associações e entidades foi modificada. Prazos foram fixados e posteriormente prorrogados, até que aprovada a Lei nº 11127 com nova redação para o artigo 2031 do Código Civil o prazo final para adequação estatutária foi fixado em 11 de janeiro de 2007.

Conforme já informamos em Boletim anterior, o advogado da entidade entende que, considerando a necessidade de alteração estatutária da Adunicamp, pode-se, também realizar discussão sobre a alteração da Adunicamp de associa-

ção para entidade sindical. Das três AD's paulistas (Adusp, Adunesp e Adunicamp), a Adunicamp é a única que não é ainda Seção Sindical do ANDES-SN.

Estamos, portanto, providenciando estas modificações e um calendário de encaminhamento, em conjunto com os membros eleitos do Conselho de Representantes. Brevemente divulgaremos uma versão do novo estatuto para conhecimento e discussão com os associados. Como o quorum de aprovação, estabelecido pelo atual estatuto, é alto (dois terços dos associados) discutiremos em Assembléia no dia 4 de outubro as formas para proceder à votação. Antes desta data, a versão elaborada pelo advogado da Adunicamp será divulgada na página da entidade (www.adunicamp.org.br).

FIQUE ATENTO! É IMPORTANTE PROCEDER À MODIFICAÇÃO OU TEREMOS PROBLEMAS UMA VEZ QUE NOSSA ASSOCIAÇÃO DEIXARÁ DE SER RECONHECIDA POR LEI.

Você está satisfeito com o "reajuste" de 0,75% de maio de 2006?

Ao que tudo indica, será este o nosso "reajuste" até a próxima data-base, em maio de 2007.

Na reunião de ontem, com o CRUESP, o presidente do Fórum das Seis ressaltou que o ICMS arrecadado atingiu 98,3% do valor previsto (4.2 bilhões) pela proposta unilateral do CRUESP para o reajuste suplementar de 1,79% a partir de outubro. A reivindicação do Fórum previa obter, pelo menos, a inflação medida pelo DIEESE (3,25%). O CRUESP sequer considerou a possibilidade de repassar aos nossos salários uma porcentagem do aumento do ICMS.

Os reitores não se mexeram para pressionar a Alesp a, no mínimo, discutir o relatório da LDO aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamento, com o aumento do repasse do ICMS para a Educação e para as Universidades.

Continuaremos a manter a qualidade das públicas paulistas com o rebaixamento dos nossos salários e o aumento da nossa carga de trabalho? Até quando?

Jornada de Trabalho do HC

A reunião da Câmara de Administração (CAD), no próximo dia 3 de outubro, discutirá a questão da jornada de trabalho dos servidores do HC. A diretoria da Adunicamp se mostra preocupada com as questões que envolvem os servidores: absenteísmo, faixa etária e alteração das rotinas de vida. Solicitamos aos participantes da CAD sensibilidade ao tratar o assunto.